

Resenha de livro:

CURY, Carlos Roberto Jamil. *Ideologia e Educação Brasileira: Católicos e liberais*. 2ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1984. (Coleção Educação Contemporânea). 201 p.

*Resenha por José Carlos da Silva**

**CATÓLICOS E PIONEIROS NA LUTA PELA MANUTENÇÃO DO PODER
ATRAVÉS DE VIAS EDUCACIONAIS NO INÍCIO DA DÉCADA DE TRINTA.**

O texto *Ideologia e Educação Brasileira* é a transposição, em livro, da dissertação de mestrado de Carlos Roberto Jamil Cury, na PUC de São Paulo, defendida em 1977, na ocasião, orientado pelo Professor Casemiro dos Reis Filho.

Além de *Ideologia e Educação Brasileira*, publicou também: *A Educação na Revisão Constitucional de 1925 – 1926*; *Educação, Legislação e Cidadania*; *Educação e Contradição: elementos teórico-metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno Educativo*; *Cidadania Republicana e Educação: Governo Provisório do Mal. Deodoro e Congresso Constituinte de 1890 – 1891*; *Os Conselhos Estaduais de Educação nas Constituições Estaduais Brasileiras e Legislação Educacional Brasileira*. (Disponível em <http://busca.textual.cnpq.br/> acessado aos 20/09/2005).

O livro aqui resenhado, prefaciado por Alceu Amoroso Lima, é uma obra de 201 páginas e contém uma introdução do autor, cinco capítulos e uma bibliografia. Publicada pela editora Cortez/Autores Associados, impresso em 1984 em sua segunda edição.

No prefácio Alceu Amoroso Lima inicia dizendo que para “analisar a tese do professor Carlos Roberto Jamil Cury, só mesmo uma outra tese, semelhante à sua, pela profundidade da erudição e pela visão global do problema”. Em seguida, com breves e concisas palavras diz que o trabalho do autor é um estudo extremamente bem documentado e sintetizado no debate que se desencadeou na evolução histórica moderna da Educação Brasileira, a saber, o quinquênio inicial da revolução de 1930. Diz ainda que o trabalho está centrado no debate que dividiu em dois grupos antagônicos “Católicos e Pioneiros” por ele assim chamados de “Católicos e Liberais”. Afirma ainda, Alceu Amoroso Lima, que o nosso autor critica os dois grupos e propõe uma terceira via, que é a sua posição marxologista, segundo a qual é o fato essencial da humanidade estar dividida até hoje em oprimidos e opressores. E segundo Cury, a finalidade da educação é superar e suprimir esta dicotomia. E termina o prefácio dizendo:

Seja como for o que há de superior nesta tese é a honestidade e a amplitude da erudição, a objetividade na exposição dos contendores, ...pelo conhecimento autêntico do passado, em seus aspectos positivos e negativos na concepção da tarefa pedagógica, como sendo uma das bases capitais para o processo da civilização brasileira (p. IX).

Na introdução, o nosso autor coloca, em linhas gerais, o objetivo da obra, o contexto da época envolvendo a Igreja e a Educação, bem como as proposições e as hipóteses do trabalho e ainda uma noção de ideologia que vai permear a obra.

Descreve que seu objetivo é procurar “ordenar uma série de debates que se travaram em torno do tema Educação entre 1930-1934 no Brasil”. Entende que ordenar e confrontar as versões ideológicas em conflito nesta determinada época, poderá auxiliar a compreensão do prolongado debate da evolução da LDB. Em todo o trabalho pretende o autor oferecer uma

contribuição “colocando em evidência o papel da educação na sociedade brasileira, demonstrando como as proposições ideológicas nascem da própria prática social que as determina” (p. 02).

Em seguida explicita a noção de ideologia, dizendo que pretende usar o termo em dois sentidos, complementares entre si. O primeiro sentido, buscando as bases em Adam Schaff, baseia-se numa descrição funcional. E o segundo é aquele que define a ideologia a partir das classes sociais. Sobre o contexto da época situa o autor que desde a primeira Grande Guerra, acontecimentos significativos assinalam no Brasil a necessidade de uma nova configuração na organização sócio-cultural. Cita também o enfraquecimento da sociedade agro-patriarcal baseada na cultura cafeeira. Cita ainda, as insatisfações regionais, a fundação do partido comunista, a Semana da Arte Moderna, a reorganização da Igreja Católica e a criação da Associação Brasileira de Educação como elementos internos que provocaram insatisfação nas classes sociais. A Igreja Católica no Brasil está contextualizada, até a proclamação da República mais como “aparelho do estado” do que ligada à Santa Sé. Nem o rompimento republicano com a questão do Padroado abalou esta aliança entre Igreja e Estado que continua, até mesmo sendo o Brasil considerado uma nação católica. Em 1933 é criada a LEC (Liga Eleitoral Católica) e na Constituição de 1934, a Igreja Católica é quase que reconhecida como religião oficial novamente.

O autor quer mostrar que a Educação, até 1930, atende exclusivamente as “elites”. A erradicação do analfabetismo seria motivo de intensas campanhas educacionais. Aí se dá o momento do compromisso do grupo da “aliança liberal” – um pensamento educacional liberal e leigo que se opõe ao pensamento educacional elitista, excludente e espiritualista da Igreja Católica. Então, são citados Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Almeida Júnior, Hermes Lima e Frota Pessoa que marcaram presença neste contexto da educação brasileira, ressaltando aí o avanço do ideal escolanovista. Assim sendo hipotética, o autor, que de um lado os pioneiros da escola nova e de outro lado o grupo dos católicos fazem eclodir, então, o conflito em função da tentativa de influenciar o Estado que procurará o “equilíbrio” entre as propostas em confronto.

O capítulo Primeiro, “A Ideologia Católica” como o próprio título sugere, está voltado para a explicitação da versão ideológica defendida pela Igreja Católica e o lugar da educação buscada para se formar o “homem ideal” resultado do processo educativo. Após situar longamente as causas da crise da Igreja, do Brasil e do mundo, o autor acena a saída e superação da crise proposta pelo grupo Católico como uma volta do homem para o seu interior, dentro de si, satisfazendo as leis do espírito – ou então a queda para a ruína total, aceitando as leis da matéria. Decorrente daí, então surgem duas possibilidades: Uma corrente demagógica desdobrada em duas vertentes, - o individualismo e o socialismo proletário; A outra corrente seria a tradicional, cristã revolucionária, e só nela estaria a verdadeira saída da crise. A solução da crise seria a restauração de tudo em Jesus Cristo, cuja visão de homem em suas relações são garantidas pela autoridade da tradição, da escolástica e do magistério. Assim diz o autor, se for estabelecida a solução integral, nos fundamentos do espiritualismo, obedientes aos preceitos evangélicos, até poderá se formar um humanismo cristão, conforme afirma o grupo católico. Para este grupo a questão principal é a visão de homem. O homem é bom, mas ferido pelo pecado original, está sujeito ao mal e a raiz do mal é intelectual. Então a educação é o veículo indispensável para a cura do mal intelectual, cujo fundamento está ligado à visão de homem, do mundo e de Deus, que estão diretamente ligados ao processo da educação e sua estrutura bem como os fatores que determinam este processo. Assim pensa o grupo católico, afirmando que “o acordo harmonioso entre estas sociedades”, a saber: a

Escola, o Estado e a Família, resultará em vantagens para o cidadão, para o cientista e para o crente.

No capítulo Segundo “A ideologia dos pioneiros da escola nova”, o nosso autor, como fez no capítulo anterior, pretende deixar clara a versão ideológica que os educadores profissionais, aos quais ele chama de reformadores ou renovadores, têm da situação educacional. As visões de homem e de mundo se fundamentam nos pressupostos “antropológico-filosóficos” a partir da educação. Aqui, o autor descreve que também os pioneiros partem da afirmação de um mundo e do Brasil em crise. Apontando algumas causas ligadas ao espírito científico do tempo e outras do universo interior do homem. E a partir daí, o autor apresenta as bases da solução conforme o grupo dos renovadores. Para eles a solução se encontra na ciência e na máquina – um humanismo “científico-tecnológico”. Os fundamentos desta solução se encontram no homem sujeito, na ciência, na evolução e na democracia. E continua o nosso autor dizendo que os pioneiros possuem também um embasamento antropológico. Para eles o homem só existe enquanto é um ser social e evolutivo. É também um ser de desejos, receios, ódios e afeições. O homem é um ser animal, biológico e psicológico. Assim concebem a educação como um “esforço contínuo da natureza em se redirecionar e se reconstruir através da experiência”. Afirmam também que o fundamento da sociedade humana é o trabalho, e enquanto trabalha é também um ser ético. E toda a atividade humana deve causar prazer por si mesma. O homem não é tido como meio, mas como fim em si mesmo, e por isso deve ser respeitado e tudo o que faz deve produzir felicidade. E todo homem deve se transformar em um “cidadão do mundo”. Para o grupo, a Educação é vista como “veículo integrador” das gerações às novas condições de um mundo em mudança. Ela é instrumento de adaptação sendo a própria condição do humanismo tecnológico. “Ela é tida como o maior e mais difícil problema proposto ao homem, já que ela deve formar o espírito e a unidade da nação, restabelecer o equilíbrio social e aproximar cada vez mais os homens” (p. 80/81). No processo da educação o que determina a política educacional é a assimilação dos princípios filosóficos que a regem, baseada em princípios científicos e valendo-se de métodos ativos de caráter biológico adaptado a cada fase da educação. As diferentes formações se entrelaçam: educação física, moral e intelectual. E continua, Cury, acrescentando que, para o grupo reformador o Estado assume como seu dever a formação do cidadão, em cooperação com todas as instituições sociais. Este papel centralizador do estado, na direção de um plano nacional de educação, expresso na escola pública e oficial, quanto a sua extensão gera três posições: uma que aceita a “liberdade de ensino”; a segunda que tolera a existência de escolas particulares fiscalizadas pelo Estado; e uma terceira posição que reza a nítida centralização e o monopólio pedagógico. Para o grupo renovador a escola, conforme a Democracia Social, deveria ser aberta a todo cidadão, comum e única. Decorrendo daí dois princípios, o princípio de obrigatoriedade e o princípio igualitário da gratuidade. A laicidade e a co-educação também são exigências para a organização e execução do sistema escolar por eles sustentado. Assim sendo na Escola Nova, segundo o grupo renovador, se aprende fazendo, caracterizando aí uma escola do trabalho-comunidade. Daí o aluno vai, como que, numa escala, do amor ao meio em que vive ao amor da Pátria e daí estende ao amor da humanidade, sendo um cidadão do mundo.

No terceiro capítulo, “A ideologia do estado”, o nosso autor, analisando longamente o “Ante-projeto de Constituição”, na então instalada Assembléia Nacional Constituinte de 33, procura evidenciar a posição mediadora do Estado. Para ele o Estado Democrático supõe que o homem seja de espírito crítico, capaz de inquirir e duvidar, um homem de iniciativas livres. Relata-nos, o autor, ainda nesse capítulo que o espírito da ANC foi polêmico, com acirradas discussões e discursos inflamados, mas no final, na sua promulgação católicos e renovadores ficaram satisfeitos, cada grupo, ao seu modo, por suas conquistas. De certa forma o Estado foi

mediador dos conflitos existentes, respeitando o curso das opiniões reinantes. Alberto Torres, Oliveira Vianna, Azevedo Amaral e Francisco Campos veicularam um pensamento de que o Estado era, na época, “o agente tutelar da sociedade e vontade integradora da nação”.

No quarto capítulo denominado “O confronto” é, segundo penso, o centro da questão, em que o autor procura evidenciar o confronto das versões, até aqui delineadas nos capítulos anteriores desta obra. Primeiramente, assinala algumas convergências entre católicos e renovadores, tais como: o mundo e o Brasil estão em crise; a necessidade de reorganização do sistema sem destruí-lo; todos temem o perigo do comunismo; e todos vêm na educação o embasamento para a visão de mundo e de homem, de sociedade e de valores que se constituem como esperança de salvação do ser humano. Os dois grupos querem a manutenção do capitalismo, porém as divergências aparecem nos meios usados para obter a sua manutenção. Para os católicos não era só uma luta pela reintrodução do Ensino Religioso facultativo nas escolas públicas, mas era uma luta cultural.

Os renovadores entendiam a luta como um meio para superar as resistências opostas àquele modo mais técnico-científico e mais social de se entender o fenômeno educativo dentro do novo espírito. Os católicos não negam a matéria, mas afirmam que o espírito está sobre a matéria, e criticam os reformadores dizendo que eles só se importam com a matéria. Além do espiritualismo, os católicos dizem que a catolicidade é inerente ao caráter do povo brasileiro, dizendo que é um fato social. Além dessas diferenças, ainda cita o autor, divergências na visão de Deus e da matéria, na visão que se tem do ser humano, a cosmovisão sobre a moral, a distinção de ciência e cientificismo e, enfim, o confronto com as idéias educacionais são longamente discutidas, sendo, mais ou menos, o que já se declarou nos dois primeiros capítulos, podendo assim se expressar nas palavras do próprio autor: “Se os católicos pretendem ‘re Cristianizar’ o país, o objetivo dos reformadores será o de ‘democratizar’ o país, via escola, fugindo dos princípios do liberalismo burguês individualista”(p. 156). Contudo o debate de opiniões não se resolve e se prolonga indefinidamente, então, requer-se a presença do Estado como interventor. Para os pioneiros os católicos estão “fora do curso da história”. Daí o choque entre o “velho” que quer se manter e o “novo” que quer irromper. Com referência a escola nova, sobre as questões da filosofia como valor da pedagogia como aplicação dos princípios filosóficos à educação e os métodos para se adequar, o autor assim resume:

O confronto que se estabeleceu em vários níveis, ao menos no discurso lingüístico, posicionava dois grupos contraditórios e relativamente antagônicos. A visão católica nitidamente intelectualista e espiritualista (talvez um “espiritualismo intelectualista”) se choca com um pragmatismo funcionalista assumido pelos reformadores. Tal confronto básico, mediatizado pelo estado, trouxe discussões de toda a ordem. No fundo, ambos os grupos, no objetivo de inserir seus princípios na Constituição, entendiam ser aí a melhor estratégia a fim de continuar a pugnar por seus interesses (p. 169).

No quinto e último capítulo sobre “Os equívocos da reconstrução educacional”, o autor coloca, basicamente sua opinião. Expõe um conjunto de afirmações e conclusões que consideram as posições de ambos os grupos numa perspectiva do conjunto da sociedade. Mesmo afirmando que o período estudado (1930-1935) do ponto de vista educacional produziu significativas mudanças e avanços neste campo, o autor deixa claro que o confronto tem continuidade e o conflito originado destas posições serve para mostrar quanto o passado atua no presente. E por fim diz ser imprescindível ao Estado as posições dos dois grupos. O messianismo católico do grupo da Igreja e o científico dos liberais unem os ideais para a Ordem e o Progresso do Estado-Nação. Originado da Europa e dos Estados Unidos o otimismo salvífico da ciência foi transplantado para o Brasil, por meio dos que lá estudaram, principalmente Anísio Teixeira e Fernando Azevedo como Projeto de uma Escola Nova.

E à guisa de conclusão, assinala o autor, que ambos os grupos defendem os interesses da classe dominante. Católicos e Pioneiros da Escola Nova não basearam suas análises em necessidades existentes, mas se voltaram para modelos normativos. Em momento algum se questionou a estrutura do sistema vigente – tudo funcionaria dentro do sistema do capitalismo. Diz o autor: “Os católicos ao quererem reter o que já fora, e os pioneiros ao proporem um projeto (algo que não é ainda)” (p. 189), não permearam suas propostas por uma crítica histórica, que por sua vez importaria numa reflexão sobre a sociedade capitalista. E acrescenta: “Assim o termo *reconstrução* enquanto significa a continuidade das relações essenciais do capitalismo, agora sob nova forma, então é bastante adequado e cabe bem a época analisada” (p. 190). E termina concluindo que a situação de classes leva os dois grupos católicos e pioneiros a uma “falsa consciência” de todo o desenrolar do conflito, dissimulando assim as verdadeiras relações de exploração que caracterizavam o mencionado momento político e educacional do Brasil. E nas últimas onze páginas deixa o autor uma esmerada Bibliografia.

Ao nosso visor, a Obra aqui analisada é muito bem documentada e fruto de uma pesquisa séria e profunda com informações selecionadas com critérios bem definidos. Ideologia e Educação Brasileira trata de um conflito diretamente ligado à Educação no Brasil num momento determinado, decisivo e importante no campo educativo (1930-1935). Gostei muito da obra e do estilo claro, conciso e agradável, sem deixar de ser acadêmico, do professor Cury. Recomendo a Obra a todos que querem conhecer e participar da História da Educação Brasileira, seja nos estudos, seja no ensino, bem como queiram entender os atuais embates no campo educacional, seja por questões pedagógicas, filosóficas ou metodológicas. E o que também ajudará a entender a atual situação do ensino Brasileiro e a participação da Igreja Católica no cenário educacional.

Como limites, entendo que o autor ao criticar ambas as posições não expressa o seu ponto de vista pessoal. Ou seja, por ser um produto de densa pesquisa não vejo o “eu” do autor nessa obra, mas sim o resultado de uma época, que, ao meu ver, é muito restrita. O autor se demorou muito em relatos históricos de fatos e intrigas políticas de ambos os grupos e não entrou realmente na questão central da ideologia e da educação, como se propõe no título da obra. Talvez seja próprio do seu pensamento, a partir das análises aventadas, deixar o leitor tecer sua própria reflexão.

Tudo somado é uma obra que, não é o máximo, mas representa um registro de grande valor nos estudos da História da Educação Brasileira, não com reflexão, mas como relatos documentados do mencionado período.

* Doutorando pela UNICAMP – Campinas.